# A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL NA IMPRENSA PORTUENSE (1918–1931)

*DIOGO FERREIRA*

## INTRODUÇÃO

A interpretação das representações do fenómeno emigratório na imprensa portuense é um dos principais objetivos deste trabalho, particularmente numa fase em que se vislumbrava a recuperação dos índices da emigração portuguesa no período pós-Primeira Guerra Mundial, após uma breve descontinuidade motivada essencialmente pelo conflito mundial [1].

A pesquisa das fontes hemerográficas baseou-se na análise de dois dos jornais mais importantes da região, *Jornal de Notícias* e *O Comércio do Porto*. Após se ter detetado um extenso rol de informações nos dois periódicos relativamente à emigração portuguesa, foi feita uma triagem das que mais interessavam a este trabalho, tendo sido desde logo definido que se procurariam, fundamentalmente, examinar aquelas notícias alusivas à crise e às dificuldades que se viviam em Portugal, e que serviam de motivo para abandonar o país e dirigir-se para terras brasileiras e, por outro lado, tentar que refletissem as experiências e vivências do imigrante português no Brasil.

1 A imprensa dava conta dessa intermitência em finais de 1918, relatando que "várias empresas de navegação estão trabalhando ativamente no restabelecimento das carreiras interrompidas por motivo da guerra, sendo esperado que entrem no Tejo dentro em pouco, navios de todas as linhas de navegação para todo o mundo". A este propósito noticiava-se também que "com o restabelecimento da liberdade de navegação, que foi uma das consequências do armistício, assume novamente a sua antiga importância o movimento marítimo nos portos comerciais", destacando-se o porto de Leixões, "destinado a servir perfeitamente as necessidades do tráfego marítimo da região do norte do país" ("A navegação". *Jornal de Notícias*, n.º 285, 31.º ano, de 1 de Dezembro de 1918).

A emigração mobilizava correntes de opinião pública, considerando-se que os jornais e outras publicações periódicas eram "reflexo do protagonismo que a emigração assume na 'praça pública' e nos meios políticos", procurando desempenhar um papel determinante junto da população no que respeitava à "necessidade de informação, de dissuasão, de crítica, de sugestões para o contornar, de apelo e alerta às próprias autoridades centrais e locais e do aquilatar de uma emigração-insucesso ou de emigração bem-sucedida" [2].

Nos dois jornais analisados, no período compreendido entre 1918 e 1931, destaca-se, desde logo, o facto de a maioria dos artigos publicados assumirem uma posição anti-emigratória. Ainda que para alguns o poder central não conseguisse "inteirar a população do país, pelos seus delegados idóneos, do que se passa nas regiões de imigração e que torne impraticável toda a tentativa de propaganda e aliciamento" através de editais e artigos oficiosos de imprensa [3], devido à elevada taxa de analfabetismo registada em Portugal [4], foram múltiplos os artigos publicados naquela década e meia, quer no *Jornal de Notícias*, quer em *O Comércio do Porto*, que abordavam a questão emigratória.

A imprensa da época atribuía as responsabilidades da elevada emigração portuguesa essencialmente à inércia e desinteresse da classe política face ao assunto, à deplorável ação dos engajadores e à crise económico-social existente no país. Apesar de todas as tentativas para ultrapassar as dificuldades sentidas, continuaria a verificar-se, entre 1918 e 1931, uma significativa saída de indivíduos do nosso território, procurando então a imprensa, principalmente *O Comércio do Porto*, relatar determinados acontecimentos vividos pelos nossos compatriotas no Brasil, com o intuito de demonstrar as dramáticas contrariedades por que estavam a passar e, assim, procurar demover os candidatos a emigrar. Como se afigurava tarefa problemática combater a emigração, os periódicos adotaram uma outra estratégia, resignados perante a inevitabilidade do fator emigratório, ao tentarem exercer uma pressão sobre as autoridades políticas nacionais para que estivessem mais atentas àquele fenómeno e fossem mais ativas na luta pelo bem-estar dos que estivessem fora da pátria, neste caso, no Brasil.

2 MARTINS, 1997: 53.

3 *BOLETIM de Emigração*, p. 4.

4 Tal como referia Jorge Alves, "mesmo considerando que o nível de leitura da imprensa não fosse elevado, a difusão do essencial do noticiário não deixaria de transbordar para o grande público, ainda que por transmissão oral" (ALVES, 1998).

Ainda assim, por vezes, surgiam alguns artigos que procuravam atenuar um pouco a posição irredutível manifestada por alguns jornalistas, mencionando-se que alguns portugueses no Brasil tinham conseguido enriquecer e apontando-se aquele país como uma potência económica, apresentando todo o tipo de argumentos para desmentir algumas conceções menos positivas que se tinham formado quanto à presença portuguesa em território brasileiro. O importante papel desenvolvido pelas associações e instituições filantrópicas, dirigidas por portugueses no Brasil, demonstrava também que nem todos os nossos compatriotas se encontravam em condições adversas.

Outra situação curiosa estava relacionada com os anúncios de companhias de navegação que apareciam assiduamente nos dois periódicos, parecendo contraditório estar a informar e a fomentar, ainda que indiretamente, a apetência dos leitores para emigrar, quando aqueles assumiam, na maior parte das vezes, uma atitude crítica em função dos efeitos negativos da emigração. Era a diferença entre os artigos opinativos que dependiam dos autores e da conjuntura e a imprescindível publicidade que sustentava a viabilidade financeira dos periódicos [5].

5 Entre 1918 e 1931, os periódicos *Jornal de Notícias* e *O Comércio do Porto* apresentavam, quase diariamente, nas últimas páginas das suas edições anúncios de diversas companhias de navegação, sobretudo estrangeiras, anunciando-se os nomes dos seus vapores e paquetes, as datas das suas partidas, os destinos e os respetivos preçários. De facto, eram as empresas estrangeiras que dominavam este setor negocial em Portugal, apresentando-se uma grande variedade de opções quanto às companhias transportadoras. Para se perceber um pouco melhor essa presença estrangeira neste ramo e a periodicidade com que se efetuavam as viagens.

FIGURA N.º 1
Anúncios das companhias de navegação

## 1. CENÁRIOS DE CRISE E EMIGRAÇÃO

Relativamente à crise que se vivia em Portugal e à sua ligação com a corrente emigratória, podemos verificar que a carestia da vida era um dos principais problemas da sociedade portuguesa da época. Portugal sofria também com a chamada crise das subsistências, aspeto que favorecia indubitavelmente a generalizada crise económica que atravessava o país, e que consistia fundamentalmente na deficiência de algumas substâncias alimentícias e numa alta pavorosa de preços.

Essencialmente agrícola, o país não produzia os alimentos indispensáveis ao sustento da sua população. O solo não se encontrava convenientemente explorado e carecia de "modernos processos de ciência agronómica", não sendo de estranhar que muitos lavradores emigrassem, levando inclusivamente o Governo português a pensar na hipótese de proibir a emigração para o Brasil, o que seria desaconselhado na imprensa.

A população, principalmente do norte, fugia das suas terras, pois era "penoso habitar um país onde não há pão e onde o antigo sentimento de benevolência se transformou num sórdido e feroz egoísmo". Mais grave ainda era o facto da aspiração emigratória atuar consideravelmente sobre os "que melhor saúde e forças têm para o trabalho", isto é, sobre indivíduos entre os 20 e os 35 anos, havendo dessa forma, "pela emigração, um prejuízo enorme para o país donde saem os emigrantes". O jornalista entendia que o governo deveria atuar o mais rapidamente possível, caso contrário "a ruína nacional era inevitável", visto que "uma nação sem gente válida, só com velhos e crianças, tem os seus dias contados"[6]. Culpava-se a emigração por contribuir para a indefinição do país, pois eram milhares os indivíduos que saíam anualmente, "recrutados em geral entre as populações dos campos, com grave dano do progresso agrícola do país", não se podendo dessa forma tirar os devidos proveitos de "um dos melhores recursos" da nossa riqueza pública, que era a agricultura[7].

6 Apresentavam-se duas soluções para tentar fixar a população: a melhoria da situação económica e a regulamentação imediata da emigração. Quanto a este segundo ponto, o articulista referia que a emigração só deveria ser permitida a indivíduos que tivessem a sua colocação assegurada, por um contrato de trabalho legalmente celebrado, concluindo ainda que o Estado não se deveria desinteressar dos cidadãos que emigrassem, devendo "acompanhá-los, onde quer que estejam e dar-lhes a proteção e auxílio de que venham a necessitar" ("A emigração portuguesa". *O Comércio do Porto*, n.º 283, ano LXXII, de 1 de Dezembro de 1926, p. 1).

7 "Regresso à terra". *O Comércio do Porto*, ano LXVII, de 19 de Fevereiro de 1921, p. 1.

Os relatos da época demonstravam que emigravam mais pessoas dos campos do que das cidades. Fra Angelico [8], jornalista que dedicou muita atenção ao problema emigratório, interrogava-se por que razão o operário citadino, com as inerentes dificuldades laborais, não emigrava tanto quanto os trabalhadores rurais. Concluía que, embora o operário ganhasse mais que o trabalhador do campo, este último era mais rico que o primeiro, visto que possuía "quase sempre alguma coisa de que possa desfazer-se, a fim de arranjar dinheiro para a viagem, ou goza de crédito, encontrando quem lhe abone esse dinheiro", enquanto o operário "nada possui, geralmente, a não ser uns miseráveis trapos", não tendo nada que empenhar nem vender, "nem uma casa, nem um eirado, nem animais domésticos" [9].

Várias crónicas sobre a situação caótica que se vivia no país seriam publicadas. João d'Arce [10], por exemplo, sublinhava que a vida portuguesa sofria, sobretudo, "daquela falta de espírito de continuidade", que era uma "característica do temperamento português". Receava que as "extraordinárias qualidades" de luta dos portugueses fossem relegadas para segundo plano em função da "balbúrdia em que [...] os caprichos da política transformaram Portugal", não admirando que muitos procurassem a solução emigratória como fuga a esta complexa situação que se vivia no país [11].

No entanto, mesmo antes das opiniões de João d'Arce, outros textos jornalísticos já se vinham referindo ao português como um indivíduo que se iludia facilmente e vivia "constantemente entregue às mais deslumbrantes miragens", esperando sempre pelo "milagre que o há de salvar, o imprevisto que o há de tirar de dificuldades, o abençoado acaso que o salvará de apertos". Nem o facto de a vida ter encarecido, da agricultura ter definhado, dos transportes rarearem e da crise das subsistências prevalecer, levavam o português a esmorecer e a perder a esperança numa vida melhor, sendo a decisão de emigrar um dos fatores que traduziam "a eterna miragem que embala a alma de português" [12].

8 Pseudónimo utilizado por Sousa Martins, "redactor do Jornal na década de vinte" (SOUSA, 1988: 404-405).

9 Segundo Fra Angelico, o trabalhador rural "é o menos preparado para a luta pela vida, não só por ser analfabeto, mas porque não sabe, no maior número dos casos, nenhum ofício, a não ser o de pegar na enxada, abandonado pelo engajador à entrada do navio, viaja nos porões, como mercadoria abandonada, em recintos estreitos, sem ar e luz, mal alimentado, morrendo muitas vezes tragicamente ao longo da viagem" ("De relance…A emigração". *Jornal de Notícias*, n.º 37, 43.º ano, de 14 de Fevereiro de 1930, p. 1).

10 Este era um pseudónimo que se julga ter sido utilizado pelo "jornalista e escritor nacionalista" António Pinto Machado, "colaborador assíduo do Jornal entre 1924 e 1945" (SOUSA, 1988: 404-405).

11 "Além do mar". *Jornal de Notícias*, n.º 141, 38.º ano, de 17 de Junho de 1925, p. 1.

12 "Miragens". *O Comércio do Porto*, n.º 171, ano LXVIII, de 21 de Julho de 1922, p. 1.

Como reiterava Cristiano de Morais, "o Brasil há de ser sempre para os portugueses um motivo de interesse" pois, na opinião do cronista, "pinta-se-lhe nos olhos, na alma e na história quase como um país de sonhos, de lendas e de quimeras", daí que todo o "assédio aos que chegam duma destas viagens é alguma coisa de torturante entre a insistência de muitos e a curiosidade de quase todos" [13].

Outro factor que concorria decisivamente para a complicada situação que se vivia no nosso país estava relacionado com a estagnação do crescimento populacional. Esta incómoda realidade preocupava todos, na medida em que a população "é considerada elemento de grande valor económico para qualquer país", sendo a sua diminuição "motivo de sérias apreensões, porque representa um fator de depressão na riqueza nacional".

Em 1926, um texto de *O Comércio do Porto* defendia que "se o fenómeno da emigração portuguesa fosse a consequência lógica do aumento da população, que, vendo ser insuficiente o território nacional para comportar a atividade dos que precisam trabalhar, procurasse terra estranha, estaria bem. Mas nada disso sucede". A emigração justificava-se em determinados países, mas não no nosso, procurando o jornalista fomentar a desmotivação junto da população face às carências sentidas pelo país. Embora a nossa população aumentasse anualmente, havia uma grande preocupação com a saída avultada de emigrantes, o que resultava na inevitável "diminuição de indivíduos aptos a trabalhar, num país, que sem muito trabalho, não poderá progredir, como deve" [14].

Faziam-se chamadas de atenção aos poderes públicos portugueses para averiguarem "pelas vias diplomáticas, da legitimidade de semelhantes convites [circulares distribuídas pelos padres que refletiam falsas promessas] e tomar providências para que alguns milhares de homens do campo não emigrem seduzidos pela miragem de uma riqueza falível", ainda que o jornalista visse a emigração como "um fenómeno económico que não é lícito contrariar; mas é indispensável regular" [15].

13 "Uma viagem à América do Sul. Aspectos do Brasil". *Jornal de Notícias*, n.º 277, 43.º ano, de 25 de Novembro de 1930, p. 1.

14 "A emigração portuguesa". *O Comércio do Porto*, n.º 283, ano LXXII, de 1 de Dezembro de 1926, p. 1.

15 É abordada uma situação em que eram apresentadas promessas, certamente falazes, aos portugueses. Estes eram convidados, "em nome da Companhia Industrial Santa Fé, com sede no Rio de Janeiro, para irem trabalhar para os terrenos que essa Companhia possui, a três horas de viagem daquela capital". Publicitava-se que "a Companhia dá a preferência a trabalhadores braçais com prática de serviços agrícolas, serradores, carpinteiros, pedreiros e adianta aos que chegarem sem recursos o necessário para se manterem a si e às suas famílias, se vierem acompanhados, até ao 1.º pagamento", pagamentos que seriam feitos mensalmente. O articulista lembrava ainda que era "preciso fazer constar que o trabalhador rude, sem preparação, nada

Criticavam-se igualmente as autoridades políticas pelo apoio que davam às associações filantrópicas que se movimentavam no Brasil com o objetivo de que nada faltasse aos nossos emigrantes, nomeadamente a Assistência ao Emigrante Português. Tal apoio era visto como "uma medida de desnacionalização, contraproducente nos seus resultados e [...] verdadeiramente anti-patriótica". Apesar de reconhecer que à primeira vista aquela instituição desempenhava um papel relevante ao orientar o emigrante e a "facilitar-lhe proteção, à margem do amparo dos governos locais", o cronista lembrava que todos os economistas do país apontavam a escassez de produção agrícola, motivada especialmente pela falta de braços e pela elevada emigração, que despovoava as aldeias e proporcionava o abandono dos campos, como uma das principais razões para as extremas dificuldades por que passava o nosso país, especialmente a nível económico-financeiro.

Entendia que se o Estado fosse bem governado, procuraria impedir a emigração para o Brasil, argumentando que devia desviar aquela corrente emigratória para Angola e para os demais domínios ultramarinos, "onde os cobiçosos de riqueza e de bem-estar ainda poderão descobrir o único, o verdadeiro *el-dorado*". No entanto, concluía que a falta de iniciativa dos responsáveis políticos portugueses não lhes tinha possibilitado verificar que Angola era "um país fertilíssimo, de extensão inconcebível, autêntico viveiro de riquezas inexploradas" [16].

Quando se falava em emigração para o Brasil, colocava-se, por vezes, a hipótese de desviar aquela corrente para as colónias. A ideia principal era consolidar a soberania portuguesa e promover com o povoamento de colonos, idos da metrópole, a prosperidade económica daqueles territórios. Para tal, era necessário "convencer os trabalhadores portugueses de que há muito o Brasil deixou de ser a fonte de fortunas que foi para nós, e que o seu bem-estar e a sua futura riqueza podem ser rapidamente alcançados na linda terra que é Angola", onde poderia emergir "um novo Brasil" [17].

Todavia, essa mudança de rumo da corrente emigratória não assumia contornos de unanimidade na sociedade portuguesa. Raul Martins defendia que os nossos emigrantes passariam "trabalhos, miséria e privações ainda maiores" nas colónias

pode esperar do seu trabalho nas regiões onde já se exige quem seja apto para o exercício das diversas profissões" ("A emigração. Um engodo". *O Comércio do Porto*, n.º 45, ano LXVII, de 25 de Fevereiro de 1920, p. 1).

16 "A assistência aos emigrantes. Uma obra contraproducente". *Jornal de Notícias*, n.º 190, 39.º ano, de 13 de Agosto de 1926, p. 1.

17 "Portugal no Ultramar. A favor de Angola". *Jornal de Notícias*, n.º 217, 41.º ano, de 13 de Setembro de 1928, p. 2.

do que no Brasil [18], enquanto Fra Angelico, no *Jornal de Notícias*, manifestava discordância quanto ao desvio da emigração para África, falando em "espirais da ilusão e no torvelinho do engano". Não concordava com a ideia de que "Angola poderia ser o nosso futuro Brasil", pois tinha tido acesso a um comunicado enviado para a imprensa pela Comissão de Defesa dos Trabalhadores de Angola, em que esta expunha "a situação simplesmente angustiosa" que se vivia na colónia.

O comunicado demonstrava que eram muitos os trabalhadores "que se aventuravam a fazer para ali a dispendiosa viagem, sem garantia de prévia colocação e sofrendo, por isso, confrangedoras deceções", ocorrendo mesmos alguns casos em que os emigrantes chegavam aos portos de Angola e, "desalentados e espavoridos ante a onda de desempregados", regressavam no mesmo momento no barco que os tinha levado. O jornalista constatava ainda que aquela colónia não só não podia receber portugueses, "como de boa vontade despacharia para a metrópole muitos dos que lá se encontravam" [19].

Por outro lado, no entender de alguns, seria também importante terminar com a propaganda dos engajadores, de forma a "inutilizar a sua ação deletéria", bastando para o efeito "medidas de carácter policial" mais eficazes do que as existentes.

A imprensa portuense também não deixaria de abordar as limitações que as autoridades brasileiras começariam a impor nos finais de 1930, após a subida ao poder de Getúlio Vargas, quanto à entrada de estrangeiros no seu território. Assim, um artigo no *Jornal de Notícias* dava conta de duas novas medidas adotadas pelo governo brasileiro, que poderiam afetar "a economia de muitos portugueses" e que diziam respeito à "restrição na imigração para o Brasil e à remessa de dinheiro do país irmão para Portugal" [20], sendo regulado "o envio de divisas para o exterior, gerando descontentamentos entre a colónia portuguesa, impedida de recambiar capital com destino à sua terra natal" [21].

18 "A emigração portuguesa para o Brasil". *O Comércio do Porto*, n.º 54, ano LXXII, de 5 de Março de 1927, p. 1.

19 "De relance…Quadro triste". *Jornal de Notícias*, n.º 89, 43.º ano, de 17 de Abril de 1930, p. 2. O desvio da nossa emigração para África era um assunto que motivava uma acesa discussão entre diversas correntes de opinião, tendo começado inclusivamente a surgir no *Jornal de Notícias*, a partir de inícios de 1930, com alguma frequência, algumas rubricas denominadas "Pró-coloniais".

20 Nesta notícia foram transcritos os dois primeiros artigos do decreto n.º 19482 ("As recentes medidas do governo do Brasil". *Jornal de Notícias*, n.º 295, 43.º ano, de 16 de Dezembro de 1930, p. 1).

21 PAULO, 2000: 133.

Apesar disso, o jornalista garantia que não havia motivo para alarmismo. Isto porque a imigração iria certamente continuar a processar-se, "mas subordinada a uns certos princípios e regras que não a proíbem mas apenas a regulamentam", assim como, em relação às questões financeiras, o principal objetivo daquela nova medida era "reprimir a especulação promovida pelos bancos estrangeiros", ficando, porém, "assegurados o pagamento de juros e rendimentos, e as remessas particulares de fundos, por meio de saques limitados a trezentos mil réis, que o Tesouro estava autorizado a pagar" [22].

De facto, em finais de 1930, o problema do desemprego no Brasil representava "uma verdade dolorosa e irremediável". Verificava-se que a onda de desempregados ia aumentando de uma forma considerável, que já ameaçava "a própria revolução política e os seus diques mais seguros com o rebentar de suas vagas enraivecidas pelo desespero da fome". Esta era uma das razões que tinha conduzido muitos indivíduos a defender a suspensão de, por um determinado período de tempo, que, forçosamente, "deveria corresponder à duração da crise, todas as correntes migratórias para o país", visto que em nada lucraria o Brasil se continuasse com os portos apinhados de gente e estaria, simultaneamente, a contribuir "para aumentar as fileiras dos desocupados" [23].

Raul Martins reconhecia que iria ser complicada a execução do decreto n.º 19482, pois quem tinha conhecimento da forma como funcionava o comércio e os serviços de certas indústrias concluía que aquela seria "inexequível no seu rigorosismo" e que iria "criar situações difíceis às empresas, aos particulares e ao próprio governo". Isto porque não se encontrariam brasileiros nas cidades "em número suficiente para ocupar todos os cargos" que a nova lei determinava

Como é evidente, em Portugal esta lei foi recebida com bastante apreensão, atendendo ao elevado número de nacionais radicados em território brasileiro. O correspondente de *O Comércio do Porto* considerava que aquele decreto era "mais do que injusto, injustíssimo", ainda para mais quando as nossas autoridades tinham equiparado os brasileiros aos portugueses, nomeadamente no que respeitava à igualdade de tratamento dado ao pessoal de assistência a bordo dos navios, como já foi aludido atrás. Via naquele diploma "um espírito de aversão ao estrangeiro", que julgava já ter sido ultrapassado "pela força do bom senso e da razão".

22 "As recentes medidas do governo do Brasil". *Jornal de Notícias*, n.º 295, 43.º ano, de 16 de Dezembro de 1930, p. 1.

23 "O problema do desemprego no Brasil". *O Comércio do Porto*, n.º 304, ano LXXVI, de 27 de Dezembro de 1930, p. 1.

O que mais incomodava este jornalista era o facto de naquele decreto constar que às companhias, empresas, estabelecimentos e escritórios não seria permitida a admissão de mais estrangeiros, com o intuito de que as vagas disponíveis fossem preenchidas pelos nacionais. Considerava este ato como "iníquo, desumano e cruel", não percebendo como seria possível "aos diretores de empresas e companhias, donos de fábricas e estabelecimentos" colocar no desemprego milhares de estrangeiros. O único pensamento que atenuava um pouco a sua revolta era que aquela lei não viesse efetivamente a aplicar-se, tal como sucedia com muitas outras [24].

Todavia, se, na maior parte das vezes, a imprensa funcionava como um meio de combate à emigração, outras vezes assumia contornos que pareciam querer "ajudar" os portugueses candidatos a emigrar a optarem pelo Brasil. Isto porque seriam publicados artigos em que se pretendia evidenciar o crescimento económico brasileiro, o que poderia muito bem constituir um fator incentivador à emigração para aquele país. Num desses textos demonstrava-se que o Brasil se apresentava "num estado invejável de prosperidade, afirmando-se como potência financeira e económica de primeira grandeza entre as nações da América do Sul suas rivais", podendo igualmente verificar-se que "a situação económica do Brasil apresentava sintomas cada vez mais favoráveis de uma melhoria bastante sensível, que se acentuou a ponto da indústria brasileira abastecer já hoje o mercado interno, satisfazendo completamente todas as suas exigências". Como tal, o futuro económico deste país parecia ser "brilhante, entrando a grande nação irmã num caminho franco de prosperidade, para a qual também concorre e em grande parte o trabalho de centenas de milhar de portugueses que, longe da pátria, mas em terra amiga, mantêm a tradição gloriosa da velha colonização portuguesa" [25].

Outro artigo, publicado no mesmo ano, confirmava o desenvolvimento do Brasil, rotulando-o de "potência económica de primeira ordem [...], pela vastidão sem limites do seu território e pela fertilidade e abundância de seu solo, que se desentranha em riquezas inapreciáveis", apontando "a prosperidade

24 A propósito dos eventuais problemas decorrentes daquele decreto, Raul Martins considerava que "não quis o legislador pensar, neste caso, se esses estrangeiros estão ou não casados com mulher brasileira, se têm ou não filhos brasileiros, o que, necessariamente, sofrerão, *sendo brasileiros natos*, as consequências da miséria e da fome" ("A lei dos 'dois terços'". *O Comércio do Porto*, n.º 56, ano LXXVI, de 8 de Março de 1931, p. 1-2).

25 Apesar da Grande Guerra, a actividade económica brasileira "produziu resultados frutuosos, assinalados no impulso animador do comércio, da indústria e da agricultura", assistindo-se "ao desenvolvimento considerável das suas exportações, o que equivaleu à conquista de novas e inesgotáveis fontes de riqueza pública" ("O Brasil económico". *O Comércio do Porto*, n.º 237, ano LXXI, de 7 de Outubro de 1925, p. 1).

administrativa" e a "administração financeira inteligente e criteriosa" como vetores imprescindíveis à "estabilização do câmbio brasileiro", que muito "concorrerá para o incremento e firmeza dos negócios" [26].

Foram poucos os que, no período entre 1918 e 1931, nos periódicos analisados, encontravam no fenómeno emigratório aspetos positivos. Apesar de considerar que a excessiva emigração enfraquecia o país, pois "são energias, braços que fogem, indispensáveis ao trabalho nacional, ao culto da terra, à movimentação das riquezas", Raul Martins não via a emigração como "um mal irremediável". Isto porque as receitas que os emigrantes enviavam para o país, "o melhor do seu esforço e do seu trabalho, transformado em milhares e milhares de libras ou de dólares" acabavam por compensar as perdas humanas. Segundo este cronista, o dinheiro do emigrante tinha uma importância considerável na economia portuguesa, representando uma valiosa fortuna, "um rio de ouro incessante, que enche de festa muitos lares, que eleva, por esse Portugal, tantos hospitais e tantas escolas, e de cuja abundância ainda vivem os cofres do Estado" [27].

## 2. O EMIGRANTE PORTUGUÊS NO BRASIL

Uma das grandes preocupações de quem pretendia emigrar prendia-se com as condições em que se processaria a viagem. Os dias que demorariam a chegar ao Brasil, as condições higiénico-sanitárias existentes a bordo dos navios, a alimentação que disponibilizariam eram questões pertinentes que inquietavam os emigrantes.

A título de exemplo, as atrocidades cometidas sobre oito portugueses, que embarcaram clandestinamente num luxuoso paquete da companhia francesa *Sud-Atlantique* para o território brasileiro, mereceram um reparo na imprensa, condenando-se prontamente o crime praticado por "membros dementados" a bordo daquele transatlântico, tendo ficado demonstrado que "o seu comandante e a sua oficialidade" não souberam "impor-se aos seus subordinados". Depois

26 Abordando dois produtos essenciais para o Brasil, o jornalista considerava que, "entre as culturas especiais e próprias da ferocíssima terra brasileira, destaca-se o café, que constitui, por assim dizer, o factor mais importante das exportações do Brasil", bem como a borracha, "que está sendo objecto de uma cultura intensa no Brasil, após a crise provocada pela baixa de preços, visto a borracha brasileira não ter podido suportar a concorrência particularmente activa dos países produtores" ("O Brasil, potência económica". *O Comércio do Porto*, n.º 301, ano LXXI, de 19 de Dezembro de 1925, p. 1).

27 "Regulamentação e valorização do emigrante". *O Comércio do Porto*, n.º 93, ano LXXV, de 22 de Abril de 1930, p. 1.

de terem procurado o maquinista da embarcação, este encarregou-os de um trabalho árduo. Insatisfeitos, os portugueses reclamaram, tendo sido açoitados pelos foguistas e lançada água a ferver sobre os seus corpos. Este "bárbaro caso" foi inclusivamente comunicado à embaixada francesa, de forma a que os autores dos actos de selvajaria não ficassem impunes, aproveitando também o jornalista para realçar mais uma vez "a necessidade do governo fazer com que os emigrantes portugueses sejam cercados de um número maior de conforto e esperança, a bordo dos grandes vapores que fazem a linha sul-América" [28].

Os relatos acerca da vida dos portugueses em terras brasileiras eram consideravelmente frequentes na imprensa periódica. Por vezes, eram histórias que retratavam o sucesso e consequente preocupação com os que tinham ficado em Portugal – normalmente, o emigrante português pretendia obter algum dinheiro para poder voltar ao seu país, ainda que nalgumas ocasiões a ganância fosse levada aos limites, acabando por se esquecer de quem tinha ficado em solo português –, na maior parte das vezes davam conta das extremas dificuldades por que passavam em terras brasileiras, ficando muitos deles por lá sem as mínimas condições, desejando regressar ao seu país e não dispondo de meios financeiros para o concretizar. Neste último caso, os textos jornalísticos revelavam-se como elementos declaradamente dissuasores da emigração para o Brasil, com notícias reveladoras das más condições de vida e trabalho dos emigrantes naquele território.

O *Jornal de Notícias* publicou também um "conto", presumivelmente inspirado na realidade, mas certamente muito ficcionado, sobre um indivíduo que tinha conseguido amealhar alguma fortuna no Brasil, tendo a sua desmedida ambição levado completamente ao esquecimento da sua família, que tinha ficado em Portugal. Assim, o jovem português, que tinha "grandes aspirações de homem rico a animar-lhe a cândida inocência", partiu para o Brasil com elevadas perspetivas. Após algumas dificuldades iniciais de adaptação ao novo país devido às saudades de casa e à instabilidade laboral, "de marçano inofensivo passou a interessado numa casa de secos e molhados que lhe aproveitara os serviços e os entusiasmos, e

28 Em relação às condições da viagem para terras brasileiras, o articulista contava que "a comida, geralmente, nessas 3.as classes, onde se amontoam como rezes humanas os infelizes que para embarcar vendem os últimos trapos das suas roupas e as últimas leiras das suas terras, é detestável; e se hoje já esses vapores oferecem comodidades, elas são, no entanto, relativamente restritas. E a forma como são tratados os emigrantes muita vez depende, quer do comissário de bordo, do *maître* do hotel, ou dos encarregados da alimentação. E não exagero" ("Impressões de longe. Terras do Brasil". *O Comércio do Porto*, n.º 30, ano LXXI, de 5 de Fevereiro de 1926, p. 1).

esqueceu os pais". O jornalista considerava que a luta pela vida tinha transformado aquele emigrante numa pessoa "egoísta", num "burguês finório", pois de elementar caixeiro tinha passado a patrão, perdendo toda a simplicidade e humildade de alguém que tinha vindo do campo. No entanto, acabaria por cair na realidade e, tendo rendimentos de sobra para o resto da existência, decidiu regressar a Portugal na altura do Natal. Quando chegou à terra perguntou a uma senhora pelos seus pais, a qual respondeu que eles tinham falecido, lembrando que tinham estado "sempre à espera do filho que viesse ampará-los na velhice, e afinal morreram à míngua". Perante tal situação, "o burguesão sentiu pela primeira vez a inutilidade dos seus patacos e que a consoada, em vez da alegria no seio familiar, lhe surgia como o espectro fatídico do seu ingrato esquecimento" [29].

Esta podia ser perfeitamente a história de muitos emigrantes, mas também não é menos verdade que se poderia estar diante de uma narrativa moralizante, com o propósito de alertar os portugueses para não levarem ao extremo a sua ganância.

Comprovando a intensa emigração que se fazia para o Brasil, a partir de 1925, *O Comércio do Porto* decidiu integrar uma secção nas suas páginas, designada "Impressões de longe. Terras do Brasil", da responsabilidade de João do Porto – mais tarde apareceria com outro nome, provavelmente o verdadeiro, Raul Martins [30] – onde se tratavam factos inerentes à nossa emigração para aquele país, principalmente relatos das longas viagens feitas pelos emigrantes e depoimentos acerca da vivência naquele território.

29 "Conto do Natal – O Natal do «Brasileiro»". *Jornal de Notícias*, n.º 305, 31.º ano, de 25 de Dezembro de 1918, p. 1.

30 Este correspondente de *O Comércio do Porto* no Brasil continuaria a escrever a sua crónica até ao período analisado (1931), ainda que a designação da sua secção tivesse conhecido várias alterações, mas normalmente dedicada ao Brasil e à emigração portuguesa para aquele território.

FIGURA N.º 2
Capa de jornal com secção "Impressões de longe. Terras do Brasil"

Impressões de longe

Terras do Brazil

Crónica Scientifica

XXVII

O naufragio do "Antinoe"

Uma das questões que era reiteradamente colocada dizia respeito à forma como conseguiam enriquecer os portugueses no Brasil. Muitos duvidavam que os nossos emigrantes, na sua maioria desprovidos de recursos e com poucas qualificações, estivessem preparados para enfrentar as agruras de uma nova vida e a concorrência de outros povos [31]. A capacidade de luta e sofrimento eram apontadas como razões primordiais para atingir o sucesso. Na verdade, "o segredo [para enriquecerem] não o aprenderam em universidades [...] deu-lhes o sofrimento, ensinou-lhes a luta cruel da vida, a áspera e titânica batalha da competência e do esforço". Segundo o cronista, "a luta pela vida, a aspereza e crueldade que os cerca lhes aguça a inteligência, lhes tempera o ânimo, lhes dá essa inquebrantável energia que nada destrói ou aniquila", seguindo simplesmente o exemplo de outros homens que já faziam o mesmo em solo brasileiro e, com isso, ganhavam "diariamente novas forças" [32]. Raul Martins concluía que o português no Brasil era "um elemento dignificante de trabalho, de esforço [...], de capacidade criadora" [33].

Agindo dessa forma, os portugueses desempenharam nalguns casos um relevante papel na sociedade brasileira, podendo ser admiradas, por exemplo, "as extraordinárias, estupendas obras de beneficência" que significavam que o Brasil era "o grande e amoroso prolongamento de Portugal".

Relativamente à formação dos indivíduos que decidiam partir para uma aventura emigratória em terras brasileiras, Raul Martins, correspondente de *O Comércio do Porto* no Brasil, assumia uma posição diferente de outras individualidades. Desaconselhava a ida dos portugueses mais qualificados, argumentando que aquele país já não necessitava "nem de intelectuais, nem de profissionais da imprensa", sendo a concorrência enorme e dando-se sempre preferência aos nacionais. Na sua opinião, todos os que tivessem "a sua vida social, intelectual e artística organizada" não deveriam partir para o Brasil, pois "só uma atividade ampla se abre para o estrangeiro – o comércio, a lavoura e a indústria".

31 Num artigo publicado em finais de 1926, e a propósito da forte concorrência a enfrentar no Brasil, asseverava-se que "o emigrante português em breve se desilude, não podendo competir no Brasil com os emigrantes europeus, italianos, franceses, ingleses, alemães e polacos, mais habilitados do que ele e mais experimentados nas duras provações do ganha-pão quotidiano" ("Os males da emigração". *O Comércio do Porto*, n.º 303, ano LXXII, de 24 de Dezembro de 1926, p. 1).

32 "Impressões de longe. Terras do Brasil". *O Comércio do Porto*, n.º 95, ano LXX, de 22 de Abril de 1925, p. 1.

33 "Quem são, geralmente, esses grandes, esses esforçados lutadores, esses criadores de riqueza? Não são letrados, não são aristocratas, não têm pergaminhos nem brasões. Muitos deles mal sabem soletrar; alguns nem isso. São pobres e são humildes" ("A colónia portuguesa do Brasil". *O Comércio do Porto*, n.º 157, ano LXXVI, de 8 de Julho de 1930, p. 1-2).

E mesmo assim, asseverava que nem todos os que chegavam àquele território encontravam em tais sectores "compensações ao seu esforço e atividade", visto que "a luta em terras estranhas sempre foi áspera, sempre foi rude e brutal", pretendendo dessa forma prevenir que o mercado de trabalho para os emigrantes no Brasil não era nada diversificado. Acusava ainda os literatos, os escritores, os jornalistas que regressavam a Portugal de influenciar decisivamente a população portuguesa na opção de emigrar, na medida em que não se limitavam "a dizer a verdade". Ou seja, não descrevendo os problemas sentidos por muitos emigrantes lusos, estavam a contribuir para a continuidade daquela corrente emigratória [34].

Raul Martins considerava que eram muitos os que partiam iludidos de Portugal, julgando ser fácil "a conquista da fortuna num país novo", esclarecendo que apenas "três ou quatro conseguem [...], chegar à tentadora meta da fortuna e do poderio". O cronista criticava a indiferença política portuguesa face ao problema emigratório e não os indivíduos que, sem muitas alternativas, escolhiam aquele caminho como tábua de salvação.

Reconhecendo a importância da campanha que estava a ser movida pela imprensa contra a excessiva emigração portuguesa para o Brasil, Raul Martins considerava que era fundamental continuar a denunciar "as agruras, os tormentos, as angústias e sofrimentos" que o emigrante sofria em território brasileiro. O cronista, que já tinha sido emigrante, referia que somente os que tinham partido "atrás de uma miragem" é que sabiam que aquela se transformava geralmente "na mais cruel deceção", daí alertar a "pobre e crédula gente do campo, que abandona em massa as suas aldeias floridas", que havia milhares de portugueses que viviam no Brasil "sofrendo, penando e trabalhando em piores condições do que o fariam aí, de sol a sol, nos campos das suas aldeias, contribuindo com o seu esforço para a prosperidade e para o bem-estar de Portugal". No seu entender, era indispensável que estes relatos fossem considerados como "a voz da verdade" e chegassem ao conhecimento de todos, de forma a iluminar "a cegueira dessa pobre gente, iludida pelos engajadores que fazem dessas míseras levas o mais execrável comércio humano" [35].

34 Aqueles que partiram para o Brasil ainda crianças e que "entraram como marçanos para uma mercearia, para um estabelecimento de secos e molhados", poderiam ter chegado, ao fim de algum tempo, "a caixeiros de confiança, a interessados, a sócios", atingindo o seu objectivo depois de um percurso que poderia ser bem demorado. Em relação àqueles que já não podiam "curvar-se a exigências de certa ordem", o cronista aconselhava a não emigrarem para aquele território, pois não estavam preparados para "servir como caixeiros num armazém de secos e molhados, ou serem *garçons* num botequim" ("A eterna ilusão da vida". *O Comércio do Porto*, n.º 31, ano LXXIII, de 7 de Fevereiro de 1928, p. 1).

35 "A emigração portuguesa para o Brasil". *O Comércio do Porto*, n.º 51, ano LXXII, de 1 de Março de 1927, p. 1.

Mesmo assim, concordava com um pensamento avançado por um jornal brasileiro de que o Brasil era "a terra ideal para o emigrante português", pois nenhuma outra terra oferecia "tantas e tamanhas vantagens àquele que vai em busca de melhores condições de vida como a grande nação sul-americana", apontando a língua e os costumes semelhantes, a "gente hospitaleira e franca e a mais livre e liberal das constituições" como fatores determinantes para essa conceção. Porém, referia que o Brasil seria ainda mais ideal para o nosso emigrante quando o governo brasileiro encaminhasse, "devidamente, para a lavoura, todos aqueles que abandonam o velho mundo fustigados pelas contingências da super-população ou da miséria" [36].

## CONCLUSÃO

Entre 1918 e 1931, dois dos principais órgãos de comunicação da região do Porto seguiram com atenção a emigração que se fazia para terras brasileiras, não conseguindo transmitir, no entanto, uma perspetiva consensual quanto ao fenómeno. A opinião pública ficou certamente com a impressão de que tudo o que estava ligado à emigração era condenável, com exceção das remessas. Contudo, seria também expressa, embora mais timidamente, um setor de opinião que privilegiava o Brasil como destino mais apropriado para quem desejasse emigrar, apontando-lhe o caminho do progresso e do provável sucesso individual.

36 Segundo Raul Martins, "o Brasil é a terra ideal do emigrante; mas o emigrante para colaborar nessa luta gigantesca e brutal […], precisa de ir convenientemente preparado, e a força moral em terras longínquas é, às vezes, bem mais necessária e útil que a simples força, a robustez física" ("A terra ideal do emigrante". *O Comércio do Porto*, n.º 101, ano LXXV, de 1 de Maio de 1930, p. 1).

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES

*Boletim de Emigração*, n.º 1 a 4, ano VII, Janeiro a Dezembro de 1926, Ministério do Interior, Comissariado Geral dos Serviços de Emigração. Lisboa: Imprensa Nacional, 1927.

*Comércio (O) do Porto*, 1918-1931.

*Jornal de Notícias*, 1918-1931.

### BIBLIOGRAFIA

ALVES, Jorge Fernandes, 1998 – "Perspectivas sobre a emigração – os estudos locais e regionais", in *Actas II Jornadas de História Local*. Fafe: Câmara Municipal de Fafe. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo11121.pdf> [consult. 14 de Outubro de 2009]).

MARTINS, Maria da Graça Lopes Fernandes, 1997 – *A emigração do distrito de Bragança (1901-1920) – uma análise regional*, vol. I. Tese de mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

PAULO, Heloisa, 2000 – *"Aqui também é Portugal". A colónia portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Coimbra: Quarteto Editora.

SOUSA, Fernando de, 1988 – *Jornal de Notícias: a memória de um século (1888-1988)*. Porto: Empresa do Jornal de Noticias.